

Trajetórias cruzadas: a experiência dos emigrantes italianos no Sul do Brasil

Crossed paths: The experience of the Italian immigrants in southern Brazil

Vania Beatriz Merlotti Heredia¹

vbmhered@gmail.com

Resumo: O estudo tem como objetivo analisar as relações que foram construídas a partir da emigração dos operários da indústria de lã italiana na última década do século XIX e da construção de um lanifício localizado no interior da Colônia Caxias, no Rio Grande do Sul. A história desse grupo de emigrantes que parte do Norte da Itália, particularmente da Província de Vicenza, é desencadeada por uma série de cruzamentos sociopolíticos, que se entrelaçam em torno de acontecimentos históricos. A história do lanifício italiano Lanerossi, localizado em Schio, na Província de Vicenza, e a instalação do Lanifício São Pedro, no Sul do Brasil, são palco comum deste artigo, que identifica, por meio de processos migratórios, relações estabelecidas e construídas por um imaginário comum, que foi o lugar de partida. A pesquisa é de natureza descritiva e traz dados sobre esses emigrantes italianos, que construíram uma história comum entre esses dois países. O estudo inclui questões que envolvem o processo de modernização da indústria de lã na Itália, bem como a posição que os operários assumiram frente à economia do país, a unificação política e as condições de trabalho. As obras que deram suporte são de autoria de Giovanni Fontana (1985, 1986, 1995), Giorgio Roverato (1985), Sandra Pesavento (1985), Emilio Franzina (2001) e Nardello (2008). O estudo fez uso de fontes documentais que ajudaram a reconstruir a trajetória desses emigrantes, como cartas, correspondências, atas, relatos, estatutos.

Palavras-chave: emigração italiana, vila operária, migração histórica.

Abstract: The proposal of this study is to analyze the relationships built from the emigration of employees of an Italian wool industry in the last decade of the 19th century, and the construction of a woolen mill in a town in Colônia Caxias in Rio Grande do Sul. The history of a group of emigrants, who leave northern Italy, particularly the Province of Vicenza, is triggered by a series of sociopolitical crosses, which are intertwined around historical events. The history of the Italian woolen mill Lanerossi, located in Schio, in the Province of Vicenza, and the installation of the São Pedro woolen mill in southern Brazil are common ground in this study, which identifies, by means of migratory processes, relationships established and built around the imaginary that was de point of departure. This study is descriptive, and it brings data about those emigrants who made a common history between these two countries. It includes issues involving the process of modernization of the wool industry in Italy as well as the position that employees had in their country's economy, their political unification, and their working conditions. The authors that supported this study are Giovanni Fontana (1985, 1986, 1995), Giorgio Roverato (1985), Sandra Pesavento (1985), Emilio Franzina (2001), and Nardello (2008). The study made use of documental sources that helped to rebuild the paths of these emigrants as letters, mail, minutes, reports, regulations.

Keywords: historical migrations, Italian immigration, workers' village.

¹ Universidade de Caxias do Sul.
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130,
95001-970, Caxias do Sul, RS, Brasil.

Uma parte da história

Essa história começa no coração manufatureiro da República Vêneta, na localidade de Schio, na Província de Vicenza, no século XVIII. Essa localidade era conhecida pelo número de tecelões que trabalhavam na produção de tecidos, tradição daquela região. Schio era um povoado que abrigava atividades marcadas pela protoindustrialização, fenômeno comum antes da Revolução Industrial. O local possuía todos os elementos necessários para o desenvolvimento da atividade econômica, bem como carregava a experiência artesanal necessária para assegurar a tradição da tecelagem. Isso significava que a atividade manufatureira: estava numa localização geográfica adequada; dispunha de recursos hídricos necessários para a produção de fios e de tecidos; tinha matéria-prima suficiente para o desenvolvimento do produto, e mão de obra com experiência artesanal.

Schio não era considerada uma cidade até 1817 e, conseqüentemente, quando recebeu esse título, comprovou o potencial econômico que dispunha, para merecer tal classificação. O lugar era conhecido pelo seu entusiasmo econômico, marcado pelo dinamismo existente entre os fabricantes de panos, lãs, sedas e outros produtos têxteis. Havia ainda a existência de uma classe profissional que qualificava a produção artesanal, evidenciada pela presença de vários mestres, pagos pela comunidade que mantinha a tradição têxtil pelo ensino público. As condições econômicas e sociais existentes na produção da lã tornaram Schio um núcleo de produção artesanal, que envolvia muitos lanifícios vicentinos da época. É importante ressaltar que das localidades que eram caracterizadas pelas atividades protoindustriais, cujas regras eram dominadas pelos vínculos das corporações, o núcleo de Schio era um dos mais avançados, já que o fabricante podia realizar atividades pela iniciativa privada (Associazione Scledense Giornalisti e Scrittori, 1981, p. 68).

Em 1718, praticamente um século antes, Nicolò Tron, reclamou para Schio a possibilidade de começar um grande empreendimento têxtil no estado Vêneto, pelo fato de que aquele local apresentava condições favoráveis para adaptar-se às exigências econômicas, estabelecidas pelos novos processos de produção. Constata-se que, já 1766, Schio se destacava pelo número de teares e de tecelões que atuavam no setor. Muitos são os fabricantes que contribuem para o desenvolvimento econômico do Vêneto, entre eles: Piazza, Bologna, Scamazon, Rubini, Vanzo, Garofolo, Anti, Zaffonato, Berti, Casarotto, Fogazzaro, Baretta, Azzolini, Maraschin. Vale lembrar, que em “1770, 48% dos habitantes resultam ocupados na indústria e 37% nos trabalhos da agricultura” (Associazione Scledense Giornalisti e Scrittori, 1981, p. 70). Esse percentual mostra

que a indústria cresce e a agricultura que antes dominava a economia diminui.

Nesse contexto, a história do Lanificio Rossi começa com os pais de Alessandro Rossi, que organizam uma sociedade com Sebastiano e Luigi Bologna em 1809, dando início ao funcionamento do lanificio. Em diversas décadas, esse estabelecimento desenvolveu suas atividades, ampliando seu número de sócios como é o caso dos Pasini que, em 1818, selam uma parceria com os Rossi. Em 1839, Alessandro Rossi começa a trabalhar no lanificio dos pais, e nas duas décadas seguintes, faz crescer o patrimônio industrial, incluindo a fábrica de Schio, as de Piovene, Rocchette, Torrebelvicino, Pievebelvicino.

A indústria têxtil começava a se modernizar, fruto da Revolução Industrial. Em 1848, é introduzida a primeira caldeira a vapor, e Alessandro Rossi assume a presidência um ano depois, lidando com os conflitos que surgiram das mudanças políticas do Império Austro-Húngaro e de estados regionais italianos.

Com a anexação do Vêneto ao Reino da Itália em 1866, o Lanificio Rossi era considerado o maior complexo têxtil italiano e se manteve até 1869 com essa classificação. Naquela época, a estrutura industrial ocupava “uma área de 30.000m² e dispunha de 9.500 fusos e 340 teares, empregando mil dependentes” (Associazione Scledense Giornalisti e Scrittori, 1981, p. 68). Em poucos anos, o desenvolvimento tecnológico, derivado da introdução de maquinários mecânicos ameaçou os proprietários a se adequarem às regras impostas pela modernização tecnológica, que ocorreu a partir da Revolução Industrial.

Os primeiros sintomas de um processo de proletarização industrial, de sindicalização e de politização (greves de 1873 e de 1890-1891) induzidas pelas imponentes transformações tecnológicas ameaçam os Rossi e os obrigam a promover um extraordinário processo de integração social com a fábrica-instituição, seguido e imitado por diversos industriais de outras cidades (Associazione Scledense Giornalisti e Scrittori, 1981, p. 80).

As primeiras greves que os operários organizaram na região de Schio datam de 1873. A greve era uma forma que os operários tinham de defesa do ideário político pelo qual lutavam e também uma forma de se organizarem para enfrentar as mudanças pelas quais estavam passando dentro da fábrica. A greve de 1873 tem a mesma data da criação da Lanerossi como sociedade anônima. As mudanças que afetaram a sociedade da época alteraram o *modus* de vida e, ao mesmo tempo, as condições de trabalho. Muitos artesãos, que estavam habituados a trabalhar a domicílio, acabaram se tornando operários pela forma

como a fábrica os contratava. Além das questões fabris, os operários discutiam as propostas socialistas, como formas alternativas de enfrentar o crescimento econômico, via liberalismo econômico. Estavam cansados de não ser respeitados pelos chefes e tinham consciência de que os resultados nem sempre seriam a favor de sua categoria. As greves que aconteceram na Lombardia e no Piemonte, em 1873, foram 103 (Nardello, 2008). Não se pode esquecer a crise agrária que abalava a Itália no período, resultado de uma série de fatores que afetaram a economia do país.

Entretanto, as greves que aconteceram posteriormente no mesmo lanifício, ou seja, em 1890-1891, foram distintas das anteriores. É importante lembrar que Schio se tornara um núcleo constituído por operários urbanos que não tinham relações com o mundo rural e com as tradições da protoindustrialização e que se tornara o principal destinatário e interlocutor da propaganda socialista (Nardello, 2008).

As greves de 1890-1891 ocorreram em defesa do trabalho, uma vez que o enfrentamento com os chefes das seções era contínuo, visível e conflituoso. A indústria têxtil estava se modernizando, o que implicava a necessidade de um número menor de operários, em confronto com a imposição de um número cada vez maior de máquinas. O motivo principal da greve, que ocorreu em fevereiro de 1891, foi provocado pela redução de salários, e os envolvidos no conflito eram principalmente os tecelões. Os operários haviam escolhido uma comissão de operários para negociar, mas não havia negociação. O conflito permitia que muitos operários fossem dispensados, e os que permanecessem aceitassem as condições postas. Na época, quem dirigia a grande indústria era Giovanni Rossi, filho de Alessandro Rossi, homem público, responsável pela expansão da indústria e pela posição que tinha sobre o processo industrial.

O argumento usado por Giovanni Rossi era que os salários de seus operários eram muito elevados, em confronto com o de outras indústrias e, para concorrer no mercado internacional, havia a necessidade da realização efetiva de várias reformas, inclusive a que previa rebaixamento do preço das horas trabalhadas. No discurso do proprietário, o rebaixamento de salários assegurava o trabalho de muitos operários, na fase de transformação da grande indústria, particularmente pela implantação da mecanização que substituía a mão de obra do antigo artesão por aquela do novo operário.

A situação política se agravava para os operários. Os líderes que haviam participado na greve buscaram na emigração a solução econômica de sobrevivência já que tinham ciência de que não conseguiriam mais trabalhar naquele local. O número de imigrantes para o Brasil era numeroso em muitos povoados e em diversas regiões do

Norte da Itália o que demonstrava ser uma saída efetiva para o desemprego e a pobreza.

Em *Memórias de Schio* (Padovan in Nardello, 2008, p. 40) a greve dos operários não se reduzia apenas aos problemas econômicos externos que afetavam os operários, mas “a arrogância e o orgulho dos chefes de fábrica e dos diretores que não podiam mais falar-lhes, sem risco de serem mandados embora”. Diz ainda que as fábricas enfrentavam problemas de natureza econômica e as condições de trabalho refletiam um clima hostil. Afirma que não passava um dia em que não eram registrados conflitos entre operários e chefes de seção, ou mesmo com alguns diretores (Nardello, 2008, p. 40).

Os relatos desse tecelão indicam que os proprietários das indústrias tinham posições comuns quanto aos seus operários, e, conseqüentemente, se um operário perdesse trabalho num estabelecimento, seria difícil conseguir outro, já que os donos das indústrias estavam unidos. Diante da convicção de que não seriam aceitos em outro emprego e que a vida se tornaria impossível na pátria, a emigração é vista como uma solução para seus problemas.

A outra parte da história

Os emigrantes italianos que se instalaram na localidade de Galópolis, no Nordeste do Rio Grande do Sul, no século XIX, utilizaram o programa oficial de imigração financiado pelo governo imperial, para ocupar e colonizar as terras no Sul do Brasil. O local escolhido para trabalhar no Brasil era muito semelhante ao da terra de origem. O cenário parecia o mesmo, apesar da mata virgem; entretanto, era cercado de morros e não era propício à agricultura extensiva. Possuía uma fisionomia muito semelhante de onde haviam partido.

Esses emigrantes frequentavam a Capela da Maternidade, na Quinta Légua —colônia Caxias, onde alguns anos mais tarde construíram um barracão para abrigar a Cooperativa Têxtil, chamada *Società Tevere e Novità*. Acreditavam que essa atividade lhes daria uma oportunidade de continuar o ofício que haviam apreendido na Itália. Alguns eram de origem camponesa e outros de formação artesã, provenientes das comunidades de Schio e *Valle dos Signori* (Livro Tombo, 1936, p. 1).

Dessa forma, as famílias que constituíam a Capela da Maternidade eram, em maior parte, antigos operários da comunidade de Schio, Vicenza, operários que haviam imigrado devido a conflitos salariais, no final do século XIX. Nessa localidade, fundaram o pequeno lanifício, sob a forma de cooperativa e, em pouco tempo, conseguiram comprar diversos teares. Dessa iniciativa, participaram ainda alguns colonos que já habitavam no povoado.

A posse da pequena propriedade, o trabalho na cooperativa, o trabalho familiar e o investimento do resultado de seu trabalho agrícola foram fatores determinantes na construção da cooperativa, que permitiu a mudança de condição econômica e de estrato social desses imigrantes. Com muito trabalho, esforço e dedicação, começaram a construir, na nova terra, uma paisagem com características similares que deu origem mais tarde a vila operária de Galópolis.

A formação do povoado teve início a partir dos colonos imigrantes italianos, ainda no século XIX; porém, a vila operária começa a ser construída a partir de 1912, com a fusão da Companhia de Tecidos e a Companhia Chaves & Almeida, uma empresa de comércio importador. A cooperativa dos operários foi vendida a um empreendedor italiano, que também tinha experiência em lanifícios. Apesar de não ser procedente da região de Schio, esse empreendedor vinha de outra região laniera importante da Itália, Biela, onde seu pai havia sido proprietário de uma indústria de lã. Em homenagem a esse industriário, a vila foi chamada de Galópolis. Hércules Galló comprou parte da cooperativa dos operários em 1904 e a administrou até sua morte em 1921.

As primeiras casas da vila operária foram construídas para abrigar mão de obra estrangeira, contratada pela fábrica, a fim de mover os teares mecânicos comprados na Europa. Com a formação da Sociedade Chaves Irmãos, os proprietários decidiram implantar um plano habitacional que garantisse a fixação da mão de obra, em torno da fábrica. Era um momento em que as empresas industriais se preocupavam com a manutenção da força de trabalho especializada, principalmente porque não era fácil encontrar tecelões e tintureiros. Dessa maneira, a criação da vila operária solucionava a questão da força de trabalho, à medida que garantia a fixação e imobilização de operários especializados.

O modelo de indústria com vila operária² não era um projeto novo em termos de indústria têxtil no Rio Grande do Sul, visto que a Companhia União Fabril de Rio Grande, fundada em 1873, sob o nome de *Rheingantz e Vater*, funcionando a partir de 1874, como a primeira empresa brasileira a fabricar tecidos de lã (Fagundes *et al.*, 1987, p. 195), havia desenvolvido uma experiência de vila operária, com habitações para operários, escola, armazém, cooperativa, associação beneficente e mutualidade.

Entretanto, a criação de uma vila operária, para o Quinto Distrito de Caxias, era uma proposta inovadora e atingia o objetivo de manutenção da mão de obra familiar

e, ao mesmo tempo, de reprodução da força de trabalho. Além desse objetivo, os habitantes de Galópolis traziam consigo uma experiência de bairro operário do local onde haviam partido, como já foi dito anteriormente, e tinham dimensão do que representava a construção de um bairro operário onde tivessem à disposição serviços necessários para desenvolver seus trabalhos.

Essa experiência de bairro operário, relacionada à indústria têxtil, apresentava algumas semelhanças que os imigrantes tomavam como condição de adaptação ao projeto de comunidade operária, estabelecida na colônia de Caxias. A experiência de trabalho fabril em Schio, na Província de Vicenza, na região do Vêneto, lhes abria a possibilidade de valorizar a construção de uma vila operária, para quem já havia vivido em uma e sabia das vantagens e dos limites que representava essa condição.

A vila foi sendo construída à medida que a própria fábrica se expandia. O modelo utilizado para a construção das casas era o modelo inglês (Green, 1976). Isso indicava que Hércules Galló e a família Chaves tinham conhecimento das necessidades operárias e da estrutura de vilas operárias. As casas de Galópolis assemelhavam-se às da Inglaterra. As primeiras casas eram de madeira, e as dimensões variavam. Construíram casas de dois cômodos e de três cômodos, usando sempre o mesmo projeto residencial.

Hércules Galló e seus sócios, Chaves & Almeida, sabiam da importância dos imigrantes europeus para o andamento da fábrica e providenciaram que nada faltasse para os mestres estrangeiros. Esses operários possuíam uma situação privilegiada, o que lhes garantiu a reprodução social diferente dos trabalhadores urbanos típicos. Traziam consigo uma bagagem técnica e um valor ao trabalho distinto dos demais. Isso não significa que tenham tido melhores condições de trabalho dentro da fábrica, mas certamente influenciou as condições da qualidade de vida na vila operária (Herédia, 1997).

Enquanto a Companhia de Tecidos de Lã era propriedade dos operários imigrantes, cada qual tinha a sua casa. A partir da expansão do Lanifício, com a entrada do Grupo Chaves & Almeida, as casas para os operários eram propriedade da fábrica e haviam sido construídas pela mesma, com o intuito de abrigar o número suficiente de operários de que necessitava. No momento da formação da Companhia Lanifício São Pedro S.A., quando a família Galló vende de forma definitiva as ações para o Grupo Chaves Barcellos, a fábrica possuía uma área de 484.243m², tendo sob seu controle 43 casas utilizadas para a moradia de operários (Atas da Assembleia, 1928, p. 14).

² A primeira vila operária no Brasil se localizou em Salvador, na Bahia, denominada Conjunto Empório Industrial do Norte, pertencente a Luís Tarquínio. Essa vila era composta de 258 casas com escola, jardim de infância e outros benefícios. Nessa mesma época, a Companhia América Fabril, no Rio de Janeiro iniciava a construção de uma vila operária (Teixeira, 1990, p. 70).

Quem estabelecia o direito dos operários sobre as casas era, no primeiro momento, a direção ou os seus representantes. Existia uma lista para a ocupação das casas, e a indicação do mestre era levada em consideração. Segundo estudo feito para a *Revista Paulista de Indústria* (1955, p. 2), os moradores pagavam um aluguel simbólico, variável, conforme a área construída da casa e o cargo na fábrica. As despesas de água e luz eram controladas pela fábrica.

Dessa maneira, as casas eram preferentemente alugadas e, inclusive, a casa do gerente era de propriedade da fábrica. A casa era oferecida pela empresa, dependendo da situação ocupacional do operário, no processo fabril. Representava um elemento de interiorização do operário frente à fábrica. A uniformização das casas, o controle direto da fábrica, sobre o conjunto das condições materiais de sua vida social extrafabril, como água, luz, auxílio material, remédios, médicos, etc., eram elementos componentes dessa interiorização.

Segundo Lopes e Silva (1979, p. 15), a variedade de estilos de vilas operárias não altera o objetivo principal de sua existência, que é o da imobilização da mão de obra. Não obstante todas elas apresentarem benefícios para os proprietários, a forma escolhida pela maioria foi a do arruado, devido à vantagem da visibilidade imediata sobre o agrupamento de operários pelo observador hierárquico, que representava a administração da fábrica. Ter o operário próximo garantia a manutenção e continuidade do processo fabril.

A construção de vilas operárias pressupunha que os trabalhadores, juntamente com suas famílias, se instalariam no alojamento. As casas eram construídas para facilitar a vinda de operários ao local de trabalho, principalmente porque no início da fábrica, a mão de obra era escassa e tê-la à disposição representava um investimento seguro pela estabilidade que esta oferecia à empresa.

Os 700 operários do Lanificio formam, com suas famílias, o grosso da população de Galópolis, vila que vive exclusivamente em função da fábrica. As edificações especialmente construídas para a moradia de operários constituem um conjunto de oitenta residências dotadas de todos os requisitos de conforto, dispendo de espaço e condições excelentes de ventilação e iluminação (Revista Paulista de Indústria, 1955, p. 2).

O caso de fábrica com vila operária pressupõe que o domínio do capital “ultrapassa a esfera do trabalho e penetra na esfera doméstica dos trabalhadores” (Lopes, 1979, p. 164). A vila operária de Galópolis foi crescendo junto e

a partir da fábrica. O isolamento acentuava a dependência entre o domínio do trabalho e o domínio da moradia. O fato de o patrão oferecer a moradia garantia o trabalho.

Segundo uma série de depoimentos dos antigos operários e de membros de suas famílias, a fábrica havia criado uma série de espaços sociais em que o operário supria praticamente todas as suas necessidades dentro dos limites da vila. Pode-se afirmar que a essa vila cresceu a partir das condições investidas pelo lanificio e que Hércules Galló foi responsável pelo crescimento daquele empreendimento, pois tinha visão de futuro.

A experiência fabril dos operários de Schio

Como já foi dito, a localidade de Galópolis, área rural da Colônia Caxias, em 1891 acolheu vários imigrantes que haviam partido de Schio, devido a conflitos salariais, decorrentes de uma grande greve no Lanificio Rossi. Carregavam uma história de lutas, que alimentava a decisão forçada de imigrar para o Brasil, como uma única saída para a crise que enfrentavam no Vêneto.

Essa condição de imigrante forçado não lhes dava muitas alternativas de retorno à pátria e também lhes abria a possibilidade de enfrentar as oportunidades que o Brasil, naquele momento, oferecia aos imigrantes. Para entender a crise pela qual o Lanificio Rossi passou, a ponto de expulsar grupos de operários para o Brasil é necessário recuperar o processo de modernização, pelo qual o Lanificio Rossi havia passado e as políticas sociais que criou para instruir a classe trabalhadora.

O Lanificio Rossi, nos primeiros anos após a unificação italiana, acompanhou a quase inexistente orientação da política econômica do país que, naqueles anos, se estruturava, e que, refletia ausência de uma política industrial (Lanerossi, 1967).

A preocupação do Estado italiano com a unificação concentrava-se nas preocupações da classe política, em consolidar a unificação contra cada perigo de renascer a autonomia local. A unificação italiana significava o término dos estados independentes, caracterizados pelas diferentes realidades regionais que representavam a reorganização do território italiano (Luzzatto, 1963, p. 113).

Nesse contexto, o Lanificio Rossi tornou-se uma Sociedade Anônima em 1873,³ quando não era comum haver indústria com esse perfil, sendo restrito a bancos e ferrovias. A Sociedade Anônima Lanificio Rossi foi a primeira indústria italiana a aderir à sociedade de ações, e

³ O Estatuto da Sociedade Anônima por Ações foi assinado em 9 de janeiro de 1873. O Decreto foi aprovado em 11 de fevereiro de 1873. Nesse ato, o capital registrado era de 30 milhões de liras, dividido em N.120.000 ações, a L.250 cada uma (Fontana, 1985, p. 217).

esta decisão consolidou a tradição lanífera na região que representava. Ainda era forte a ideia de que a Itália era um país basicamente agrícola e poderia sobreviver dessa atividade.

A passagem de indústria familiar para sociedade de ações foi uma demonstração da visão que a empresa tinha de mercado. As etapas pelas quais o lanifício passou desde sua origem, em 1817, quando Francesco Rossi se associou a Eleonoro Pasini para fundar o Lanifício (Fontana, 1985, p. 169-170), refletem as diversas conjunturas que o estabelecimento enfrentou para sobreviver na construção de um Reino e de uma Nação. Do período napoleônico à restauração dos Habsburgo, a Proclamação do Reino da Itália e com a anexação do Vêneto à Itália, o Lanifício enfrentou concorrência, mudou seu perfil, se modernizou e conquistou mercados, tornando-se uma das principais indústrias de lã da Itália.

O Lanifício Rossi, diferentemente de outros estabelecimentos do mesmo gênero, oferecia uma série de benefícios aos seus operários, até quando, alguns desses foram absorvidos pelo Sistema Nacional de Previdência e de Assistência. É oportuno lembrar que o Lanifício contribuía para a Sociedade de Mútuo Socorro, segundo normas estabelecidas pela Sociedade Anônima, o que representava para os associados o acesso a uma série de benefícios, que incluía desde visita médica às famílias até curas climáticas para os doentes, creches, colônias de férias.

Alessandro Rossi promoveu uma série de avanços sociais que caracterizava sua indústria como uma das mais avançadas para a época, pelo incentivo ao espírito cooperativo e pela posição contra o liberalismo radical. Acreditava na instrução e pressionava que seus operários tivessem certo grau de escolaridade. Defendia o critério que para ser operário do lanifício não poderia ser analfabeto. Mesmo aqueles que já trabalhavam no estabelecimento eram direcionados a frequentar a escola noturna. De acordo com um aviso aos aprendizes, publicado em 1873, pelo Lanifício para os aprendizes, a mensagem era:

Para melhorar a sua condição material e moral, todos os jovens abaixo de 18 anos que pretendem manter o ofício de tecelão são obrigados a receber instrução de ler, escrever e fazer contas. Serão divididos em duas categorias: os analfabetos e aqueles que somente necessitam de aperfeiçoamento. Comum a todos, será a instrução moral e religiosa que será ministrada duas vezes por semana. Desta sala, o horário terminará cada dia uma hora antes do horário normal da fábrica. Os jovens que são obrigados a participar da escola entrarão na aula do Teatro Jacquard onde encontrarão à disposição os professores. Esses devem prover-se de papel e dos livros relativos, tinteiro e canetas que serão fornecidas gratuitamente... A falta de disciplina e de progresso a

escola será julgada como falta de disciplina e progresso a tecelagem e depois desse acontecimento deverá ser despedido da fábrica (Fontana, 1986, nota 515, p. 997).

É importante lembrar que, a partir de 1874, os operários que trabalhavam no lanifício deviam comprovar que sabiam ler e escrever. O pensamento empreendedor de Alessandro Rossi valorizava a instrução e destacava o mérito do trabalho.

Os benefícios oferecidos pela grande indústria diluíam as tensões sociais na crise do movimento operário da época, e legitimava esses avanços, como formas de estabelecer uma aproximação entre os interesses do capital e do trabalho. É oportuno lembrar que a data da formação da indústria lanífera italiana coincidia com o início do Estado italiano, e o Senador Rossi fazia parte do Parlamento que conhecia a realidade de seu país e da sua recente unificação. Sabia também, por estudos realizados pelo próprio Parlamento italiano, das precárias condições que viviam os camponeses e da oportunidade que tinham aqueles que trabalhavam nos centros urbanos com emprego fixo.

Logo, desde a formação da Sociedade Anônima, em 1873, houve interesse em minimizar conflitos por meio do controle social e da oferta de alguns benefícios que valorizavam, inclusive, o próprio capital, pelo processo de alfabetização. O pensamento da direção da fábrica acreditava que a educação conduzia à aceitação da disciplina fabril com mais facilidade e, simultaneamente, a aprendizagem de processos produtivos. Com isso, os operários de Schio puderam frequentar uma escola que garantisse os interesses da fábrica, alfabetizando-os e ensinando a disciplina fabril. Seus filhos também tinham acesso às creches, o que representava cuidados com os dependentes e o reconhecimento do interesse da empresa, na reprodução da força de trabalho.

Muitas iniciativas foram tomadas até o momento em que foi pensado um projeto de construção de um bairro operário, que integrasse os interesses da fábrica às necessidades do grande número de operários. Essa estratégia garantiu controle no domínio interno e externo à fábrica, o que para a época era considerada uma demonstração de preocupação do patrão com seus operários e, ao mesmo tempo, a possibilidade de exercer o controle sobre a vida social. A construção do bairro operário trouxe para o lanifício uma série de vantagens quanto à diminuição dos conflitos laborais. Reforçou a ideia da reprodução da força de trabalho como garantia da produção e reprodução dos processos produtivos.

Lanaro (1976, p. 53) explica a expansão territorial do modelo desenvolvido pela Lanerossi, por meio da “descontínua disponibilidade de fontes energéticas a necessária

elasticidade da divisão do trabalho entre unidades produtivas e a subordinação de um mercado de mão de obra rural ao elevado *turn-over*". Esse autor, em seus estudos sobre a formação da força de trabalho de Schio, mostra que o lanifício italiano era visto, inserido na paisagem social como uma "instituição da mesma sociedade rural [...] síntese organizada e funcional, a forma mais alta de realização da vida coletiva da comunidade".

A greve de 1891: motivo da partida de muitos tecelões

A greve de fevereiro de 1891 modificou a fisionomia da comunidade de Schio e afetou principalmente o bairro operário. Aqueles trabalhadores, que eram dados sempre como exemplo da classe operária, rompiam com o modelo estabelecido. Muitos trabalhadores sabiam do risco que significava a greve, cuja participação não ficaria impune. Entretanto, havia algo mais forte que o sentimento de pertença àquela fábrica. Era a consciência da dignidade que representava a possibilidade de liberdade, paralela à troca de benefícios.

O rebaixamento dos salários foi o motivo principal da parada dos teares. É lógico que, juntamente com essa questão, vinha à tona todo o aspecto da exploração do trabalho nas décadas anteriores e o resultado de toda a convivência fabril. A diminuição dos salários era justificada pela fábrica por diversos motivos, entre eles, o de que a classe operária de Schio percebia salários mais altos que os demais trabalhadores do setor têxtil; que havia ocorrido uma diminuição de produção, comparada à de anos anteriores e que a indústria lanífera italiana enfrentava uma crise como a própria economia do país.

A greve de fevereiro de 1891 envolveu mais de três mil operários, o que deixaria marcas visíveis nas relações entre a empresa e os operários e promoveria o impulso para muitos deles emigrarem ao Brasil. Após esse movimento, ainda naquele ano, 1.534 habitantes de Schio foram obrigados a partir em busca de emprego e alternativa de vida.

O Lanifício Rossi era uma empresa que vinha se modernizando (Fontana, 1995, p. 297) e que enfrentava a concorrência de outras indústrias italianas pelo aparato tecnológico e pela capacidade industrial instalada, independentemente da crise operária. Acompanhou as transformações estruturais que a Itália sofrera com mudanças substanciais na economia e na política, seja com a modernização industrial, seja com a unificação italiana. Estava inserida no mercado nacional e se beneficiaria do processo político do *risorgimento*, por meio do abastecimento de várias instituições do Estado italiano como a do Exército.

A indústria de Alessandro Rossi se transformou em Sociedade Anônima, logo após a Unificação Italiana, fortalecendo-se com capital proveniente da Lombardia, o que permitiu incorporar em pouco tempo empresas que trabalhavam com lã.

A greve de 1891 marcou uma ruptura na vida coletiva da comunidade de Schio. Representava uma série de contradições, difíceis de serem entendidas pelas famílias operárias envolvidas no conflito. A imagem do patrão que cuidava de seus filhos e de suas respectivas proles se esfacelava diante das contradições provocadas pela crise econômica, pela modernidade, pela necessidade de racionalização, pelos contínuos conflitos entre capital e trabalho, pela substituição dos líderes mais politizados pelos obedientes e submissos. Todos os benefícios que a comunidade usufruía, devido ao lanifício foi posto em xeque. Apontava para indícios de mudanças substanciais nas relações estabelecidas com o mundo do trabalho.

Algumas considerações

Os imigrantes que fundaram a cooperativa têxtil e mais tarde trabalharam no Lanifício São Pedro provinham de uma região do Vêneto, especializada na indústria têxtil. Carregavam consigo uma história política, distinta dos imigrantes de outras regiões da Itália, ou seja, tinham experiências de lutas como trabalhadores têxteis do lanifício italiano e conheciam as normas que eram usadas naquele estabelecimento, onde haviam aprendido o ofício.

Em sua bagagem, carregavam o conhecimento das estratégias que seus patrões usavam no trabalho fabril e dos mecanismos que eram obrigados a aceitar, em troca da permanência no emprego. O aprendizado da disciplina sempre fora uma condição para a permanência na fábrica, e esta lhes era imposta como processo educativo. Parte das exigências dessas normas, aplicadas sem consulta e com rigor, foram marcadas pela imposição e pela demonstração de poder.

Muitas semelhanças são identificadas na história do Lanifício São Pedro e do Lanifício Rossi, apesar da distância temporal e da distância geográfica. A história dessa aproximação começa bem antes do Senador Alessandro Rossi assumir a liderança da empresa de sua família e torná-la uma das maiores indústrias laníferas da Itália. Começa com o modelo de industrialização adotado antes e depois da unificação italiana, o que dá a essa comparação um caráter histórico, para explicar as relações que se estabeleceram entre esses dois processos de industrialização.

O estudo permitiu tecer algumas considerações, ou seja, a localização de ambas as indústrias são favoráveis à indústria, marcadas pelas dificuldades de exercícios de outras atividades econômicas e beneficiadas pelo caráter geográfico, no que diz respeito à provisão de energia.

A passagem da indústria doméstica para a manufatura e a instalação do sistema de fábrica foram facilitadas pela presença do espírito cooperativo nas regiões estudadas. Seguiu a lógica de expansão do sistema capitalista italiano. Entretanto, alguns estudos mostram que a indústria doméstica foi muito forte e nela a figura do artesão e do camponês estava intimamente ligada. Para a formação de um mercado interno de tecidos e de fazendas, foi necessário “destruir” a indústria doméstica. Por outro lado, conforme depoimento de Piero Brunello (1985, p. 287), “a grande indústria destrói a indústria doméstica para dar vida ao mercado interno, da outra parte sem indústria doméstica os camponeses não conseguem viver e perdem o poder de aquisição”.

A dinâmica da identidade étnica, como elemento de integração cultural, baseada na rede de parentela, ocorre nas duas estruturas industriais, ou seja, em Galópolis e em Schio. Em Galópolis, a identidade étnica é utilizada como elemento de distinção e valorização da cultura daquele que veio de fora. Dentro da fábrica e da vila operária, era difícil encontrar operários que não fossem descendentes de europeus.

A expansão dessas duas indústrias têxteis ocorre a partir da construção de vilas operárias, marcadas por práticas sociais próprias de comunidades rurais circunstantes. Identifica-se, nas experiências analisadas, a constituição de um sistema de benefícios que se confunde com a oferta de serviços de uma comunidade e que favorecem o processo de permanência da força de trabalho nas localidades. A representação da fábrica como “forma de propriedade aparentemente aberta aos trabalhadores” oferece a ideia de pertencimento e de valorização profissional (Marangon, 1985, p. 272).

O espírito de empreendedorismo, guiado pelos mentores dessas duas grandes indústrias, fez com que o modelo de vila operária fosse uma estratégia para reter a mão de obra. A população dessas vilas reconhecia os benefícios presentes na sua vida coletiva e atribuía esses ganhos à figura dos mentores.

Referências

- ASSOCIAZIONE SCLEDENSE GIORNALISTI E SCRITTORI. 1981. *Schio*. Vita Culturale economica. Schio, Associazione Scledense Giornalisti e scrittori, 271 p.
- ATAS DA ASSEMBLEIA. 1928. Companhia Lanificio São Pedro S.A. Porto Alegre, L.1, 64 p.
- BRUNELLO, P. 1985. Interventi. In: G.L. FONTANA (org.), *Schio e Alessandro Rossi: imprenditorialità, politica, cultura e paesaggi sociali del secondo Ottocento*. Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, p. 41-43.
- FAGUNDES, L.K.; KUMMER, L.; STEPHANOU, M.; PESAVENTO, S.J. 1987. *Memória da indústria gaúcha: das origens a 1930*. Porto Alegre, UFRGS/FEE, 343 p.
- FONTANA, G.L. (org.). 1985. *Schio e Alessandro Rossi: imprenditorialità, politica, cultura e paesaggi sociali del secondo Ottocento*. Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, vol. I, 793 p.
- FONTANA, G.L. 1986. *Schio e Alessandro Rossi: imprenditorialità, politica, cultura e paesaggi sociali del secondo Ottocento*. Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, vol. II, 1487 p.
- FONTANA, G.L. 1995. Formazione imprenditoriale all'estero e quadri stranieri nell'innovazione tecnico-produttiva: il caso del Lanificio Rossi. In: E. DECLEVA; C. LACAITA; A. VENTURA, *Innovazione e modernizzazione in Italia fra Otto e Novecento*. Milano, Franco Angeli, p. 297-375.
- FRANZINA, E. 2001. *Il veneto Ribelle. Proteste sociali. Localismo popolare e sindacalizzazione*. Udine, Gaspare Editore, 238 p.
- GREEN, H. 1976. *Village Life in the Eighteenth Century. Then and There*. London, Longman Group, 96 p.
- HERÉDIA, V.B.M. 1997. *Processo de industrialização na zona colonial italiana*. Caxias do Sul, Educ, 240 p.
- LANARO, S. 1976. *Società e ideologie nel veneto rurale (1806-1898)*. Roma, Storia e Letteratura, 284 p.
- LANEROSI, S.p.A. 1967. *Lanerossi Ieri*. Milano, Arte Grafiche, vol. I, 140 p.
- LIVRO TOMBO. 1936. Paróquia de Galópolis. Galópolis, 64 p.
- LOPES, J.S. 1979. Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In: J.S. LOPES; L.A.M. da SILVA; M.R.B. ALVIM, *Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação. Estudos sobre trabalhadores urbanos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LOPES, J.S.; SILVA, L.A.M. da. 1979. Estratégias de trabalho, formas de dominação na produção e subordinação doméstica de trabalhadores urbanos. In: J.S. LOPES; L.A.M. da SILVA; M.R.B. ALVIM, *Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação. Estudos sobre trabalhadores urbanos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LUZZATTO, G. 1963. *L'economia italiana dal 1861 al 1914. Studi Economiche Ricerche di Storia Economica Italiana nell'Età del Risorgimento*. Milano: Banca Commerciale Italiana. 113p.
- MARANGON, M. 1985. Il recupero mito-logico del modo di produzione germanico e le basi etnoculturali della modernizzazione russiana. In: G.L. FONTANA (org.), *Schio e Alessandro Rossi: imprenditorialità, politica, cultura e paesaggi sociali del secondo Ottocento*. Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, p. 257-283.
- NARDELLO, D. 2008. *Um'arma a doppio taglio? Gli scioperi nell'industria laniera di Schio (1873-1904)*. Padova, Italia. Tesi di laurea. UNPD, 149 p.
- PESAVENTO, S. 1980. O imigrante na política Riograndense. In: A. LANDO; J.H. DACANAL; S. GONZAGA (orgs.), *RS: Imigração & Colonização*. Porto Alegre, Mercado Aberto, p. 156-194.
- PESAVENTO, S. 1985. *História da Indústria Sul-Rio-Grandense*. Guaíba, Riocell, 123 p.
- REVISTA PAULISTA DE INDÚSTRIA. 1955. Economia do Rio Grande do Sul. Lanificio São Pedro. Ano V, n. 41, dez. 11 p.
- ROVERATO, G. 1985. A. Rossi tra mobilitazioni di capitale agrario e organizzazioni imprenditoriali. In: G.L. FONTANA (org.), *Schio e Alessandro Rossi: imprenditorialità, politica, cultura e paesaggi sociali del secondo Ottocento*. Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, p.301-318.
- TEIXEIRA, P.P. 1990. *A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 193 p.

Submetido: 01/08/2016
Aceito: 07/04/2017